



Espaço Vital
 Marco Antonio Birnfeld
 123@espacovital.com.br



A senhora se parece com aquela ministra do STF...

O Judiciário se tornou conhecido de todos!

ROMANCE FORENSE

Quando os taxistas falam mal do STF...

Procuradora do Estado de Minas Gerais e professora titular de Direito Constitucional da PUC de Minas, Cármen Lúcia Antunes Rocha (nascida em 19.04.1954) tomou posse como ministra do STF em 21 de junho de 2006. Nomeada por Lula, ocupou a vaga deixada pelo gaúcho Nelson Jobim, aposentado três meses antes.

Quase nove anos depois da posse, era exatamente 13 de maio de 2015 quando a ministra Cármen pegou um táxi no aeroporto do Galeão, para ir ao centro do Rio de Janeiro, onde participaria de um seminário. Ao entrar no carro, o taxista questionou-a se alguém já havia dito que “a senhora se parece com aquela ministra do Supremo”. A história real tem, como fonte primária o cronista político Ricardo Corrêa,

do jornal O Estado de S. Paulo.

Cármen Lúcia, na ocasião, fingiu não ser a própria. No percurso, o condutor foi “falando mal, até”. A conclusão da ministra foi a de que, ao contrário de 1975 - ano em que ela entrou na faculdade de Direito -, as pessoas naquele 2015 já começavam a prestar mais atenção no Judiciário.

Dez anos e dez meses depois, era 10 de fevereiro de 2026, quando Cármen Lúcia voltou a falar sobre os taxistas, dessa vez em um quadro dramático para o STF. Foi em uma reunião “fechada”, mas “vazada”, em que os ministros tentaram achar uma solução para que Dias Toffoli deixasse a relatoria do caso Master.

As transcrições das conversas, reveladas pelo site Poder 360,

mostraram que a ministra Cármen era a mais preocupada. Duas de suas frases foram reveladoras: “Todo taxista que eu pego fala mal do STF”. E “a população está contra o Supremo” - desabafou.

Cármen Lúcia deve ter entendido bem o recado dos taxistas que a conduziram de 2015 até agora. A pesquisa divulgada na última sexta-feira (20) claramente demonstra que a desconfiança com o STF chega a 60%, após o caso Master.

Dentre as 2.090 pessoas adultas ouvidas, 1.381 (66%) opinaram “haver envolvimento direto de ministros do STF”. E o impeachment imediato de Dias Toffoli é pretendido por 49%. Quando o leitor do Espaço Vital pegar um táxi, ou embarcar em um Uber, pode até conferir...

Aposentadorias desonestas

Levantamento feito pelo gl - o principal portal de notícias do Grupo Globo - identificou ao menos 40 magistrados brasileiros erradamente punidos com aposentadoria compulsória em processos concluídos pelo CNJ a partir de 2019, já sob a vigência da reforma da Previdência. Segundo entendimento do ministro Flávio Dino, do STF, esses casos já deveriam ter resultado na per-

da dos cargos, sem proventos.

Em decisão do último dia 16 - conforme já revelado com detalhes pelo Espaço Vital - Dino afirmou que aquela “punição” deixou de ser válida com a mudança constitucional. Assim, desde então, infrações graves deveriam ter levado à perda do cargo, e não à aposentadoria compulsória.

Os aludidos 40 magistrados

foram punidos pelas seguintes acusações: assédio sexual, corrupção passiva, favorecimento de familiares, negligência, parcialidade, venda de sentença ou acórdão, violência doméstica e “rachadinha”. Esta última é um esquema ilegal em que magistrados exigem a devolução de parte do salário de funcionários contratados para seus gabinetes.

O sonho de economizar R\$ 186 bi

O Brasil poderia economizar R\$ 186,4 bilhões em uma década, se adotasse regras rígidas para limitar os supersalários no serviço público, especialmente nas carreiras jurídicas. A conclusão é do estudo “Comparação Remuneratória Internacional”, dirigida pelo pesquisador Sérgio Guedes Reis. A encomenda foi do instituto brasileiro República.org - que não tem fins lucrativos, é apartidário e apoia a modernização do Estado.

A tabulação mostra que os rendimentos pagos a magistrados, membros do Ministério Público, advogados públicos e defensores estão entre os mais altos do mundo. Frequentemente ultrapassam o teto constitucional (R\$ 46,3 mil mensais).

Os números comparam nosso País com outros dez: EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Chile,

Colômbia, Portugal, Itália, México e Argentina. Em todos esses, as remunerações são inferiores às do Brasil.

► Dentre 22.347 juízes, desembargadores e pensionistas brasileiros, 86,3% deles receberam acima do teto em 2025.

► Em situações extremas, 637 integrantes da carreira receberam mais de R\$ 2 milhões no ano. E a partir da análise de 25,9 mil contracheques de diferentes carreiras jurídicas, 67 mil servidores também foram pagos acima do teto em 2025. O gasto com valores que extrapolam o limite constitucional chegou a R\$ 24,3 bilhões.

► Os pagamentos além do limite somaram R\$ 12,6 bilhões no ano. A remuneração média de cada um desses foi de R\$ 1,085 milhão. A cifra equivale a R\$ 90.416 por mês - quase o dobro do teto.

Mata-leão salvador

O ministro do STJ Mauro Campbell imobilizou um passageiro em surto, durante um voo da Latam, de Manaus para Guarulhos, na quinta-feira (19), após o homem tentar abrir a porta da aeronave. A salvação foi um golpe de jiu-jitsu conhecido como mata-leão (chave de pescoço) para imobilização.

Durante a viagem, o homem apresentou comportamento descontrolado, ameaçando os passageiros. Afirmava que mataria todos e se jogaria do avião. A si-

tução gerou pânico, com risco à segurança da aeronave. A tripulação interveio, mas sem êxito: o passageiro seguia incontável.

Com conhecimento em artes marciais, o ministro Campbell aproximou-se por trás do ameaçador, aplicando o golpe. Em seguida, os comissários amarraram o passageiro. Cinquenta minutos após, a aeronave pousou no destino, sem outros incidentes. O homem foi entregue à PF para as providências cabíveis.

Prisão em ‘Sala de Estado-Maior’

A sala do título aí acima é um local de custódia diferenciado. Destina-se - segundo o artigo 7º, inciso V, da Lei nº 8.906/1994 - ao recolhimento de advogado(a) que for preso(a) antes de uma condenação com trânsito em julgado. Diferente de uma cela comum, tal sala é definida como uma dependência, geralmente em unidades militares, que oferece condições

dignas de higiene e conforto. Sem grades - e com janela(s)...

É o caso da advogada gaúcha Francismara Vasconcelos Machado (OAB/RS nº 75.917). Ela teve o diferenciamento concedido pelo desembargador Jayme Weingartner Neto, da 4ª Câmara Criminal do TJRS, em habeas corpus criminal. (Processo nº 5073443-78.2026.8.21.7000).

Outros detalhes do caso

Francismara Vasconcellos Machado, 50 de idade atual, foi condenada como a mandante do assassinato de seu marido, Mateus Pereira Campos, um motorista de aplicativo. O crime ocorreu em setembro de 2019, na cidade de Campestre da Serra (RS). Ela havia fugido para Portugal em 2023 e não se fez presente no julgamento, em agosto de 2025. Na ocasião, o Tribunal do Júri

da comarca de Vacaria a condenou a 25 anos de prisão. O regime inicial é o fechado. O executor do crime também foi condenado.

Como alvo de um mandado de captura internacional, a advogada foi detida pelas autoridades portuguesas em 26 de agosto de 2025, na cidade de Porto, e ali segue no cárcere. O procedimento de extradição para o Brasil está em tramitação.